

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 300/2018-PGJ, DE 23.1.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan para, sem prejuízo de suas funções, participar da audiência designada nos autos da Ação Penal nº 1602552-37.2015.8.12.0000, que ocorrerá no dia 30 de janeiro de 2018, às 14h, no egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 283/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA | PLANTÃO | DIAS DE GOZO |
|-----------------------------------|--------------------------------|----------------|
| Luciano Bordignon Conte | 24 e 25.1; 18, 19 e 20.4.2015 | 19 a 23.2.2018 |
| Ana Rachel Borges Figueiredo Nina | 30 e 31.8; 25, 26 e 27.10.2014 | 19 a 23.2.2018 |

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 284/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012, a serem usufruídos nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 285/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, a serem usufruídos nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 286/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Dourados, Fernando Jamusse, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, a partir de 13.2.2018, pelo período de 1 (um) ano.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 287/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 28ª Zona Eleitoral, no período de 29.1 a 7.2.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Arthur Dias Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 288/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTOR DE JUSTIÇA | PLANTÃO | DIAS DE GOZO |
|----------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| Andréa de Souza Resende | 19 e 20.7.2014 | 26.1 e 9.2.2018 |
| Eduardo Fonticelha De Rose | 12.3 e 13.5.2017 | 25 e 26.1.2018 |
| Gisleine Dal Bó | 7 e 8.2.2015 | 15 e 16.3.2018 |
| Rodrigo Correa Amaro | 11 e 12.4.2015 | 25 e 26.1.2018 |
| Simone Almada Goes | 23.11.2014; 7 e 8.2; 7 e 8.3.2015 | 19 a 23.3.2018 |
| | 18 a 21.4.2015 | 7 a 10.8.2018 |

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 289/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Simone Almada Goes 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, a serem usufruídos no dia 19 de fevereiro de 2018, e nos dias 13 e 14 de agosto de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 290/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Simone Almada Goes 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, a serem usufruídos a partir de 15.2.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 291/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 19.1.2018, as férias da Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 292/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4323/2017-PGJ, de 14.12.2017, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Patricia Icassati Almirão 4 (quatro) dias de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2009 a 6 de janeiro de 2010, de forma que, onde consta: “Período de gozo - 30.1 a 2.2.2018”; passe a constar: “Período de gozo - 23 a 26.1.2018”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 293/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4402/2017-PGJ, de 18.12.2017, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Christiane de Alencar compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta: Dias/Período – 16, 17, 18 e 19.7.2017; passe a constar: Dias/Período 17, 18, 19 e 20.7.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 295/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Icassati Almirão 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos a partir de 5.2.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 296/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 2 (dois) dias de compensação por sua atuação perante o Tribunal do Júri da comarca de Corumbá, em regime de mutirão, nos dias 1º e 6.11.2017, a serem usufruídos nos dias 29 e 30.1.2018, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 297/2018-PGJ, DE 23.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Corumbá, nos dias 25, 26, 29 e 30.1.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial e Mutirão do Júri do titular, Promotor de Justiça *Rodrigo Correa Amaro*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 214/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1370/2017-PGJ, de 26.4.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4046/2017, de 22.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Elisman da Costa Vargas, de forma que, onde consta: 2º Período – 5 a 14.2.2018, passe a constar: 2º Período – 19 a 28.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 224/2018-PGJ, DE 18.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15.1 a 15.3.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 254/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 8 a 19.1.2018, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense da servidora *Elaine do Nascimento Malheiros Freitas*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 275/2018-PGJ, DE 22.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Flavio Ricardo de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8.1 a 1º.2.2018, em razão de férias da servidora *Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 276/2018-PGJ, DE 22.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.1.2018, em razão de férias do servidor *Renan da Silva Ovando*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 277/2018-PGJ, DE 22.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no período de 22.1 a 10.2.2018, em razão de férias, e nos dias 15 e 16.2.2018, em razão de licenças compensatórias da titular, *Helena Rocha Rodovalho*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 278/2018-PGJ, DE 22.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jéssica Caroline de Oliveira Almeida, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8.1 a 6.2.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

ESCOLA SUPERIOR**EDITAL Nº 007/PJAP/2018.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA da Comarca de APARECIDA DO TABOADO, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010 e Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e de acordo com as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18.1.1994, alterada pela Lei nº 133, de 15 de abril de 2009, a CONVOCAÇÃO dos candidatos LUIZ JUNIOR DE SOUZA FERNANDES e IVONE LOPES, aprovados em 1º e 2º lugar, respectivamente, no Processo Seletivo constante do Edital nº 001/PJAP/2017, homologado em 18 de dezembro de 2017 e publicado no DOMP-MS nº 1646, p.15, para apresentação da documentação anexa (Art. 31 § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Aparecida do Taboado, 23 de janeiro de 2018.

JERUSA ARAÚJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de ensino, que informe o ano letivo/turno/semestre/número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (Não será aceito documento que não tenha todas essas informações);

III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;

V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 19 da Resolução 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; arts. 42 e 50 Resolução nº 15/2010-PGJ,

VI – declaração pessoal de não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

VII – atestado de exame ABO-RH;

VIII – número da agência e da conta corrente do Banco do Brasil (exceto poupança);

IX – 2 fotografias coloridas 3x4 recentes, e 01 fotografia 2x2 ;

X – Ficha de cadastro (disponível no link do CEAf) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 8.666, de 21-6-1993 (e alterações).

Modalidade: Concorrência nº 3/CPL/PGJ/2017, tipo menor preço (Processo nº PGJ/10/4000/2017);

Objeto: Contratação de empresa para execução de cobertura para estacionamento de veículos no GAECO (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), localizado na Rua Rio Doce, 271, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, incluindo o fornecimento dos materiais necessários.

Abertura da Documentação e Propostas:

- Local: Procuradoria-Geral de Justiça - Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

- Data: 26 de fevereiro de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/concorrencencia ou na sede do Ministério Público Estadual - PGJ.

Campo Grande, 23 de janeiro de 2018.

Comissão Permanente de Licitação/PGJ

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 002/2018/PJ RIO BRILHANTE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Rio Brilhante/MS, objeto do Edital nº 001/2016/PJRB, de 17 de novembro de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1401, de 21 de novembro de 2016, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS.

| NOME DO CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|------------------------|---------------|
| Luis Henrique Saccardo | 2º |

Rio Brilhante – MS, 22 de janeiro de 2018.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça em substituição legal

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

| | |
|----|---|
| 1 | Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF; |
| 2 | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso; |
| 3 | Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; |
| 4 | Certidão de inexistência de antecedentes criminais; |
| 5 | Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); |
| 6 | Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; |
| 7 | Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte; |
| 8 | Atestado de exame ABO-RH; |
| 9 | 2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes; |
| 10 | Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato. |

EDITAL Nº 007/2018/PJ PARANAÍBA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Paranaíba, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009,

CONVOCA a candidata abaixo listada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Paranaíba, homologado em 08 de dezembro de 2016, publicado no DOMP nº 1414, e prorrogado em 13 de novembro de 2017, publicado no DOMP nº 1623, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste:

| NOME DO CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|---------------------------|---------------|
| LARA RAIANE BATISTA SILVA | 5º |

INDEFERE a admissão como estagiário do candidato abaixo relacionado, aprovado no referido Processo Seletivo, por ter concluído o terceiro ano do ensino médio, conforme prevê o art. 2º, II da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item I do Edital nº 001/2016/Promotoria de Justiça de Paranaíba, de 16 de setembro de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1364, de 20 de setembro 2016:

| NOME DO CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|--------------------------|---------------|
| GUSTAVO FREITAS CARRASCO | 4º |

Paranaíba – MS, 21 de janeiro de 2018.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON
Promotor de Justiça

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

| | |
|---|---|
| 1 | Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF; |
| 2 | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso; |
| 3 | Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; |
| 4 | Certidão de inexistência de antecedentes criminais; |
| 5 | Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); |
| 6 | Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; |

| | |
|----|---|
| 7 | Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte; |
| 8 | Atestado de exame ABO-RH; |
| 9 | 2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes; |
| 10 | Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato. |

EDITAL Nº 020/2018/PJTLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Três Lagoas, objeto do Edital nº 001/2017/PJTLS, de 09 de maio de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1502, de 11 de maio de 2017 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

| NOME DO CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|---------------------------|---------------|
| LUAN RICARDO YUDI ANDRADE | 12º |

Três Lagoas – MS, 22 de janeiro de 2018.

MOISES CASAROTTO
Promotor de Justiça

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

| | |
|----|---|
| 1 | Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF; |
| 2 | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso; |
| 3 | Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; |
| 4 | Certidão de inexistência de antecedentes criminais; |
| 5 | Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); |
| 6 | Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; |
| 7 | Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte; |
| 8 | Atestado de exame ABO-RH; |
| 9 | 2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes; |
| 10 | Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato. |

EDITAL Nº 021/2018/PJ COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de TRÊS LAGOAS/MS, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, torna pública a DESISTÊNCIA da vaga de estagiário, do(a) candidato(a) THAÍS SOUZA DE ALENCAR aprovado(a) em 9º lugar, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Três Lagoas/MS, homologado em 26 de julho de 2017.

Três Lagoas – MS, 22.01.2018.

JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA
Promotor de Justiça – 7ª PJTLS

EDITAL Nº 007/2018/PJ – COMARCA DE BATAYPORÃ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, torna pública a DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA da vaga de estagiário, da candidata Camila Vitória Ventura Queiroz, aprovada em 1º lugar, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Batayporã, homologado em 15 de janeiro de 2018, nos termos do item IX – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2017/PJ de Batayporã.

Batayporã – MS, 23 de janeiro de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 008/2018/PJ – COMARCA DE BATAYPORÃ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA a candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Batayporã, objeto do Edital nº 001/2017/PJ de Batayporã, de 16 de outubro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1606, de 17 de outubro de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Batayporã.

| NOME DO CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|-------------------------------|---------------|
| Laisla Luiza Lima de Oliveira | 3º |

Batayporã – MS, 23 de janeiro de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

ANEXO ÚNICO**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

| | |
|----|---|
| 1 | Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF; |
| 2 | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso; |
| 3 | Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; |
| 4 | Certidão de inexistência de antecedentes criminais; |
| 5 | Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); |
| 6 | Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; |
| 7 | Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte; |
| 8 | Atestado de exame ABO-RH; |
| 9 | 2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes; |
| 10 | Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato. |

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**NOTIFICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL**

À Empresa: SILVIA HELENA FERNANDES JUCA E CIA LTDA-EPP.

Processo PGJ/10/0184/2018.

Pregão Presencial: nº 33/PGJ/2016.

Vimos por meio desta notificar a empresa SILVIA HELENA FERNANDES JUCA E CIA LTDA-EPP., inscrita sob o CNPJ: 09.484.770/0001-21, representada pela Sra. Silvia Helena Fernandes Juca, do descumprimento da Cláusula Quinta – Das Obrigações da Contratada, subitem 5.2, XVII do Instrumento Contratual. Com fulcro na Cláusula Décima – Das Sanções: subitem 10.2.a do Contrato nº 47/PGJ/2016 e no artigo 87, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se a sanção de ADVERTÊNCIA.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 035/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0191/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- PIRES & ALBUQUERQUE LTDA ME, representada por Luiz Pires de Oliveira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção de persianas.

Valor estimado mensal: R\$660,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000248, de 15.01.2018.

Vigência: 18.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 18.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 47/PGJ/2017.

Processo: PGJ/10/0189/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- EKIPACAR ACESSÓRIOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME representada por Dora de Brito Marçal.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de aplicação e remoção de película de proteção solar (insulfilme).

Valor estimado mensal: R\$660,00 (seiscentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho 2018NE000247, de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 065/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/0235/2018

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- G5 MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, representada por Adilson Santos de Almeida.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Aquisição de cimento CPII-E ou cimento CP II-Z, saco com 50kg, marca: Cauê, para atender o Departamento de Engenharia MPMS.

Valor estimado mensal: R\$572,50, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000296, de 17.01.2018.

Vigência: 22.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 22.01.2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3557/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- ORION PASSAGENS AÉREAS EIRELI-EPP., representada por Cilda Alves de Melo.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 51/PGJ/2017.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas internacionais para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado: R\$30.000,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000002 de 03.01.2018.

Vigência: 10.01.2018 a 10.01.2019.

Data de assinatura: 05.01.2018.

REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/PGJ/2018, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 1649, DE 09.01.2018.

Extrato do Contrato nº 01/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/3557/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- CONDOR TURISMO EIRELI - EPP., representada por Audeniza Barbosa Arantes Insuela.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 51/PGJ/2017.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado: R\$270.000,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000001 de 03.01.2018.

Vigência: 10.01.2018 a 10.01.2019.

Data de assinatura: 05.01.2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0001/2018/29PJ/CGR**

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000682-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na nomeação de N. L. T. Para o cargo de Assistente Parlamentar, na Câmara Municipal de Campo Grande-MS.

Campo Grande/MS, 22 de janeiro de 2018.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0002/2018/29PJ/CGR

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000814-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades quanto à deficiência de fiscalização na entrega de gêneros alimentícios – hortifrúti nos Centros de Educação Infantil, Entidades Conveniadas e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Campo Grande/MS, 22 de janeiro de 2018.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0003/2018/29PJ/CGR

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000881-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: DETRAN-MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na criação de cargos em comissão para atuação no Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, mediante edição de Decretos.

Campo Grande/MS, 22 de janeiro de 2018.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0004/2018/29PJ/CGR

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000926-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Averiguar se os órgãos executivos de trânsito e rodoviários integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (DETRAN, DER e Secretarias Municipais integradas ao SNT) estão publicando anualmente na internet dados sobre a receita arrecadada com a cobrança de multas por infração ao CTB.

Campo Grande/MS, 22 de janeiro de 2018.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE
Promotor de Justiça.

CORUMBÁ

EDITAL 0004/2018/05PJ/CBA

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório 06.2017.00002403-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Autos de Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002403-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jeferson Rogério Cortez

Assunto: Coletar maiores subsídios para tomada de decisão sobre a necessidade de instauração de Inquérito Civil, a propositura de Ação Civil Pública ou o Arquivamento da representação sobre possíveis irregularidades consistente no acúmulo de cargo público praticado por Jeferson Rogerio Cortez.

Corumbá/MS, 19 de janeiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0005/2018/05PJ/CBA

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2017.00000909-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000909-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Domingos Martinez de Camargo

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades funcionais praticadas pelo senhor José Domingos Martinez de Camargo enquanto Diretor da Unidade Educacional de Internação Masculina Pantanal, desta cidade de Corumbá/MS.

Corumbá/MS, 19 de janeiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0006/2018/05PJ/CBA

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2017.00000975-7, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000975-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adelma Maria Pinto Galeano

Assunto: Visando denúncia de irregularidades funcionais praticadas por Adelma Maria Pinto Galeano, servidora da Prefeitura Municipal de Corumbá cedida pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

Corumbá/MS, 19 de janeiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0007/2018/05PJ/CBA

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2017.00002401-4, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00002401-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar a legalidade das contratações de Escritórios de Advocacia e de Consultoria pelo Município de Corumbá, bem como a regularidade da execução dos serviços, nos Processos de Inexigibilidade de Licitação que ensejaram a celebração dos Contratos Administrativos nº 008/2009-SEMFAD, 013/2010-SEMFAD, 016/2011 (Processo Administrativo nº 26.201/2011) e nº 03/2017 (Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 8020/2017), e nos Processos Licitatórios que ocasionaram a celebração dos Contratos Administrativos nº 01/2016-SEMFAZ (Pregão Presencial nº 118/2013 - Processo Administrativo nº 21.238/2013) e nº 009/2016 (Pregão Presencial nº 073/2016-SEGESP, Processo nº 21.469/2016).

Corumbá/MS, 19 de janeiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0008/2018/05PJ/CBA

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2017.00002402-5, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00002402-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Anita Regina Rodrigues Gutierrez e outros

Assunto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa no Centro de Controle de Zoonoses de Corumbá/MS, consistente na cumulação de cargos incompatíveis pela servidora Anita Regina Rodrigues Gutierrez com a autorização concedida por seu superior hierárquico, fato esse que perdurou desde Julho de 2012 até Julho de 2013.

Corumbá/MS, 19 de janeiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0001/2018/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000598-3 em Inquérito Civil, para o qual foi decretado sigilo.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000598-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Dourados, 22 de janeiro de 2018

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº. 01/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n. 06.2018.00000116-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2018.00000116-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Claudinei da Silva

Assunto: Regularização de área de proteção ambiental degradada em propriedade rural localizada na Linha “Protrerito”, nascente, 15 Km, sentido leste, no Município de Jateí.

Fátima do Sul-MS, 18 de janeiro de 2018.

SUZI D’ANGELO
Promotora de Justiça

EDITAL Nº. 02/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n. 06.2018.00000100-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2018.00000100-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Clóvis da Silva

Assunto: Regularização de dano ambiental consistente em construção situada em área de preservação permanente à margem direita do Rio Dourados, em Fátima do Sul.

Fátima do Sul-MS, 18 de janeiro de 2018.

SUZI D’ANGELO
Promotora de Justiça

IGUATEMI

EDITAL Nº 008/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000068-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laurentino de Oliveira Santos

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no lote 65 do Assentamento Vitória da Fronteira, em Tacuru, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 23 de janeiro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA
Promotor de Justiça.

IVINHEMA

EDITAL N.: 001/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00001250-7, mediante conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001250-7, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001250-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Ivinhema - MS

Assunto: Apurar possível dano ambiental localizado na cabeceira do Córrego Azul, nas proximidades do Bairro Vitória e Jardim Aeroporto, que está colocando em risco os moradores do entorno.

Ivinhema/MS, 22 de janeiro de 2018.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.: 0002/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000086-0, mediante conversão da Notícia de Fato n. 01.2017.00007087-4 , que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000086-0

Requerente: Glaucia Almeida de Moraes

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar eventual violação de direitos social à educação dos estudantes da Escola Estadual Reynaldo Massi, em razão do não fornecimento de livros didáticos.

Ivinhema/MS, 22 de janeiro de 2018.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.: 0003/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000161-4, mediante conversão da Notícia de Fato n. 01.2017.00007634-6 , que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000161-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: São Bento Incorporadora Ltda

Objeto: Apurar eventual dano ambiental, bem como a responsabilização em razão dele, decorrente do processo erosivo existente no Bairro Eco Park, nesta cidade de Ivinhema, conforme registros de atividade de campo realizada pelos membros da IVIBIO no dia 08/09/2017.

Ivinhema/MS, 22 de janeiro de 2018.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.: 0004/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000188-4, mediante conversão da Notícia de Fato n. 01.2017.00010289-4, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000188-4

Requerente: Disque Direitos Humanos – Disque 100

Requerido: A Apurar

Objeto: Apurar eventual violação aos direitos individuais indisponíveis dos idosos José de Jesus e Ademar Flor da Silva, residentes no Asilo São Francisco de Assis;

Ivinhema/MS, 22 de janeiro de 2018.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.: 0005/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000191-4, mediante conversão do Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000089-2, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590.

Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000191-4

Requerente: Tania Tiemi Hamamoto, Leila Caccia Miatello

Requerido: A Apurar

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a execução das obras de readequação do prédio onde é mantida a extensão da Escola Municipal Sidiney Carlos Costa.

Ivinhema/MS, 22 de janeiro de 2018.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

JARDIM

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Jardim torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000063-7, que se encontra à disposição na Avenida Coronel Stuck, n.º 85, Centro.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00000063-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar objeto narrado na manifestação de n.º 11.2017.00004218-8 recebida pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Jardim, 22 de janeiro de 2018.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Jardim torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000093-7, que se encontra à disposição na Avenida Coronel Stuck, n.º 85, Centro.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00000093-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Jardim.

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal de Jardim/MS, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 80/2017, bem como atos de improbidade administrativa decorrentes.

Jardim, 22 de janeiro de 2018.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Jardim torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000097-0, que se encontra à disposição na Avenida Coronel Stuck, n.º 85, Centro.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00000097-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Jardim.

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal de Jardim, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 72/2017, bem como atos de improbidade administrativa decorrentes.

Jardim, 22 de janeiro de 2018.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Jardim torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000098-1, que se encontra à disposição na Avenida Coronel Stuck, n.º 85, Centro.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00000098-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Jardim.

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal de Jardim, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2017, bem como atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Jardim, 22 de janeiro de 2018.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça